



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Copom deve cortar juros, enquanto Fed caminha para subir taxa. Semana ainda traz dados de atividade no Brasil, EUA e China

- O principal destaque da semana no Brasil é a reunião do Copom, que deve voltar a reduzir a taxa Selic em 0,25 p.p., para 13,75% a.a.** A decisão será divulgada na quarta-feira (16), com expectativa de corte praticamente unânime no mercado. O cenário tem favorecido a continuidade do ciclo: a inflação voltou a ficar abaixo do teto da meta (4,50%), com a dissipação de parte do choque do petróleo, enquanto a atividade intensificou seu processo de desaceleração, como mostrou o PIB do 2T26, que registrou inclusive retração do consumo das famílias. Quanto aos próximos passos, o comunicado deve seguir apontando dependência dos dados, mantendo em aberto a possibilidade de nova redução em novembro (dias 3 e 4). Vale notar que o mercado atribui, atualmente, probabilidade de cerca de 70% para uma nova queda dos juros naquela reunião.
- A semana também traz uma série de indicadores de atividade, com destaque para o índice IBC-Br, prévia mensal do PIB.** Amanhã (15), o IBGE divulga o resultado do setor varejista, que deve mostrar alguma recuperação no mês, com alta estimada de 0,5%, após queda acumulada de 2,1% nos últimos quatro meses, sem sugerir, contudo, uma tendência consistente de melhora. Na quarta (16), o Banco Central divulga o índice de atividade IBC-Br, que deve recuar 0,15% no mês, terceiro mês seguido sem crescimento. No acumulado em 12 meses, o índice deve seguir em acomodação, passando de 1,5% para 1,4%. Adicionalmente, o indicador deve reforçar a perspectiva de um desempenho fraco da economia no 3T26, com possibilidade de contração no trimestre. Na quinta (17), a FGV divulga o Monitor do PIB, sua prévia mensal do PIB.
- No cenário internacional, as atenções se voltam para a reunião do Fed, que também ocorre na quarta (16) e deve elevar os juros nos EUA.** O mercado elevou substancialmente a probabilidade de alta de juros na reunião, para cerca de 85%, após o CPI divulgado na última sexta-feira mostrar que a inflação segue elevada no país e a nova escalada do preço do petróleo na última semana. Assim, o juro deve subir 0,25 p.p., para o intervalo entre 3,75% e 4,00% a.a., após manutenção da taxa no patamar atual desde o início do ano. O viés de alta é reforçado pelos três votos dissidentes registrados na reunião anterior, favoráveis à elevação já naquela ocasião. Ainda assim, há certa incerteza, dado o fim do *forward guidance*, que reduziu a visibilidade sobre os próximos passos do Comitê, elevando a volatilidade em torno da decisão.
- A semana também traz diversos dados de atividade, que devem reforçar os sinais de resiliência da economia norte-americana.** Na quarta (16), será conhecido o resultado das vendas no varejo de agosto, com expectativa de alta de 0,8%, mais do que devolvendo a queda de 0,6% do mês anterior e sinalizando que o consumo das famílias mantém certo dinamismo. Na quinta (17), saem os dados do setor imobiliário. Já a produção industrial, divulgada na sexta (18), deve avançar 0,3%, mantendo o quadro de crescimento mais tímido do setor.
- Na China, também serão conhecidos números da atividade econômica de agosto, que devem mostrar que a indústria segue como o principal vetor de expansão.** A expectativa do mercado é de alta de 4,8% da produção industrial ante ago/25, em aceleração frente ao resultado de julho (+4,5%). Já as vendas no varejo devem avançar apenas 0,8% na mesma comparação, após alta de 0,6% no mês anterior. Portanto, os dados devem manter o forte contraste da economia chinesa, cada vez mais dependente das exportações de manufaturados, enquanto a demanda doméstica segue fragilizada.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
15/set	IBGE: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)	Jul/26	0,5% m/m 2,0% a/a	-1,0% m/m 4,9% a/a
16/set	BCB: Reunião do Copom	-	13,75% aa	14,00% aa
16/set	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Jul/26	-0,15% m/m 1,10% a/a	-0,6% m/m 2,4% a/a
16/set	FGV: IGP-10	Set/26	1,22% m/m 3,03% a/a	-0,51% m/m 1,99% a/a
17/set	FGV: Monitor do PIB	Jul/26	-	-1,1% m/m 1,9% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/set	China	Produção Industrial	Ago/26	4,8% a/a	4,5% a/a
14/set	China	Vendas no varejo	Ago/26	0,8% a/a	0,6% a/a
16/set	Zona do Euro	Produção Industrial	Jul/26	-0,2% m/m	0,0% m/m
16/set	EUA	Vendas no varejo	Ago/26	0,8% m/m	-0,6% m/m
16/set	EUA	Fed: Reunião de Política Monetária	-	3,75% aa; 4,00% aa	3,50% aa; 3,75% aa
17/set	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Ago/26 - Final	0,4% m/m 3,3% a/a	0,2% m/m 2,9% a/a
17/set	EUA	Construção de novas casas	Ago/26	6,9% m/m	-12,4% m/m
17/set	EUA	Alvarás para novas construções	Ago/26	-1,6% m/m	4,3% m/m
17/set	EUA	Vendas de casas pendentes	Ago/26	0,0% m/m	-2,3% m/m
18/set	EUA	Produção Industrial	Ago/26	0,3% m/m	0,2% m/m

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

IPCA fica abaixo do esperado, enquanto serviços traz novos sinais de moderação da atividade

O IPCA registrou deflação de 0,32% em agosto, queda mais intensa do que a esperada (-0,28%) e do que a registrada em ago/25 (-0,11%). No acumulado em 12 meses, o índice desacelerou de 4,44% para 4,22%.

A deflação do IPCA em agosto é explicada principalmente pela queda da tarifa de energia elétrica (-7,63%), que retirou 0,33 p.p. do índice, ou seja, explicou sozinha praticamente toda a deflação do mês. Com isso, o grupo habitação recuou 1,87% no mês. Outros grupos também recuaram no período: alimentação e bebidas (-0,34%), transportes (-0,86%) e comunicação (-0,09%). Em alimentação, a queda refletiu sobretudo o recuo dos preços dos itens *in natura*, como tubérculos e legumes (-12,37%) e hortaliças (-1,61%). Já em transportes, outro grupo de grande peso no índice, a queda refletiu o recuo dos preços das passagens aéreas (-13,17%) e dos combustíveis (-0,91%).

Por outro lado, as principais pressões de alta vieram das despesas pessoais (+1,30%), em virtude do reajuste dos tributos sobre o cigarro (+19,59%), e de educação (+0,47%), com o reajuste das mensalidades para o segundo semestre letivo.

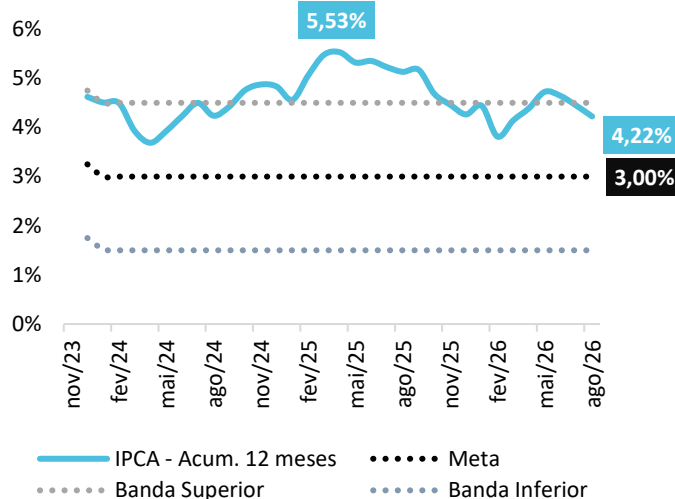
As principais métricas subjacentes acompanhadas pelo BC também mostraram números relativamente comportados, com destaque para os serviços, que subiram apenas 0,03% no mês, desacelerando de 5,84% para 5,46% no acumulado de 12 meses, embora em nível ainda elevado. Já o núcleo de serviços (subjacentes) avançou 0,40%, acumulando alta anual de 4,98% (ante 4,92%). Por fim, a média dos núcleos ficou em 0,23%, acumulando alta de 4,36% em 12 meses, menor patamar desde jan/25.

Portanto, o resultado de agosto trouxe números favoráveis para o IPCA, dando continuidade ao processo de desinflação. Esse quadro reforça a expectativa de nova queda da taxa Selic nesta semana.

Contudo, vale notar que essa deflação será revertida em setembro, com a devolução do Bônus de Itaipu nas contas de energia elétrica e o provável fim da deflação dos alimentos, conforme já sugerem os índices do atacado, como detalhado a seguir. Assim, o IPCA deve voltar a acelerar em breve, indicando ainda um quadro de cautela, sem grandes espaços para uma queda mais intensa dos juros no curto prazo.

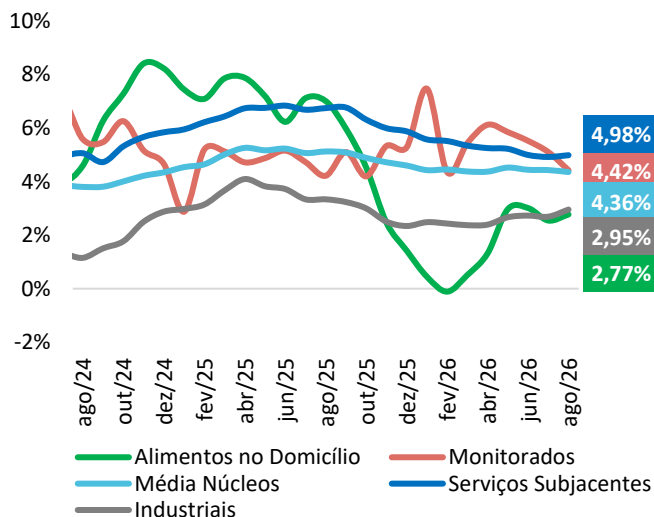
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA
Var.% acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Quadro 2: Componentes IPCA
Var.% 12 meses



Fonte: IBGE

Nesse contexto, o IGP-DI subiu 0,06% em agosto, após dois meses em deflação. No acumulado de 12 meses, o índice desacelerou de 2,76% para 2,63%.

Apesar da ligeira alta do mês, os preços agropecuários no atacado (IPA-Agro) mostraram forte aceleração no período, passando de 0,77% em julho para 2,92% em agosto. O movimento foi puxado pelos preços da soja (+7,4%), milho (+4,9%) e bovinos (+3,7%), diante dos receios do impacto do fenômeno climático *El Niño* sobre a safra do ciclo 2026/27. Os itens industriais seguiram em deflação no atacado, embora menos intensa (-0,85%; ante -1,99%), em função da queda do preço do minério de ferro (-0,6%) e do querosene de avião (-14,5%).

Já o índice de preços ao consumidor (IPC) registrou deflação de 0,37%, em função da queda do preço da energia elétrica (-8,0%), enquanto na construção civil (INCC) o índice avançou 0,66%, pressionado pelo custo da mão de obra (+1,12%).

Portanto, o índice geral seguiu bem comportado, mas começa a mostrar sinais de pressão localizada em itens relevantes no atacado, sugerindo elevação nos preços dos alimentos consumidos pelas famílias no fim do ano.

O volume do setor de serviços ficou estável (0,0%) em julho, abaixo da expectativa do mercado (+0,2%). O resultado reforça o quadro de baixo dinamismo observado no setor ao longo do ano. Excetuando os meses de março e abril, quando o setor recuou 1,0% e avançou 1,2%, respectivamente, o indicador apresentou variações próximas da estabilidade nos demais meses (Quadro 4). Na comparação interanual, houve crescimento de 0,9% ante jul/25, enquanto no acumulado de 12 meses o setor registrou expansão de 2,4%.

A abertura setorial apresentou resultados mistos no mês. Os serviços prestados às famílias avançaram 0,5% em julho, após queda de 1,4% em junho, enquanto o setor de transportes cresceu 0,4%, com alta de 1,0% no transporte de cargas. Os serviços profissionais, administrativos e complementares também registraram recuperação parcial, com avanço de 0,6%, após retração de 1,3% no mês anterior.

Em sentido oposto, os serviços de informação e comunicação recuaram 2,5% no mês. O resultado foi influenciado pela queda de 3,0% nos serviços de tecnologia da informação, revertendo o crescimento de 2,7% observado em junho.

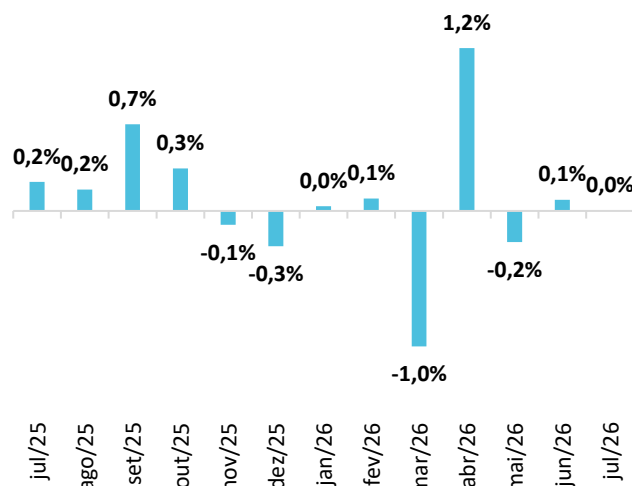
Em uma perspectiva mais longa, os dados seguem apontando para uma perda gradual de dinamismo do setor. O crescimento acumulado de 12 meses desacelerou de 3,1% em janeiro para 2,4% em julho.

Quadro 3: IGP-DI - Var.% Mensal, 12 Meses e Peso por Componente – Em agosto

Componente	Var.% Mensal	Var.% 12 meses	Peso
IPA	0,10%	1,7%	60%
IPA - Produtos industriais	-0,85%	1,5%	42%
IPA - Produtos agrícolas	2,92%	2,2%	18%
IPC	-0,37%	3,9%	30%
INCC	0,66%	6,6%	10%
IGP-DI	0,06%	2,6%	100%

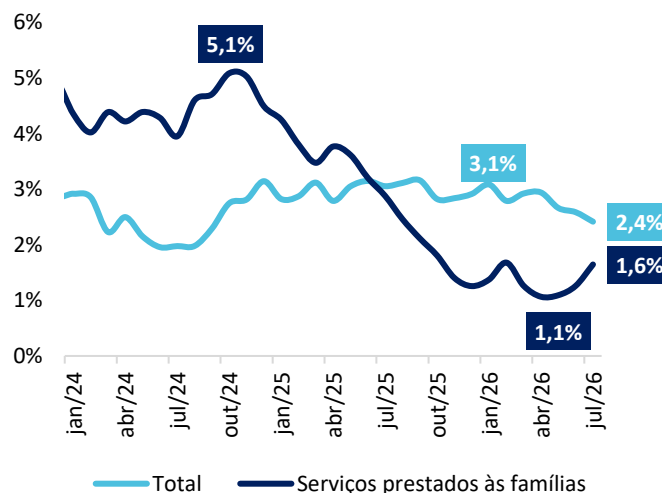
Fonte: FGV

Quadro 4: Índice de Volume de Serviços Var. (%) mensal dessazonalizada



Fonte: IBGE

Quadro 5: Índice de Volume de Serviços Var. (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Entre as atividades, os serviços prestados às famílias acumulam alta de 1,6%, enquanto os serviços de informação e comunicação, apesar do resultado negativo na margem, mantêm o maior dinamismo, com expansão de 5,9% em 12 meses. Já os transportes são o segmento com maior perda de tração no ano, com desaceleração de 2,6% em jan/26 para apenas 0,4% em julho, na mesma comparação.

Dessa forma, o resultado de julho reforça a leitura de acomodação do setor de serviços, em linha com um cenário de moderação da atividade econômica neste segundo semestre. O *carry-over* deixado pelo resultado ficou em 0,0% para o 3T26, após alta de 0,4% no 2T26. Para o ano de 2026, o carregamento estatístico está em 1,1% (ante +2,9% em 2025).

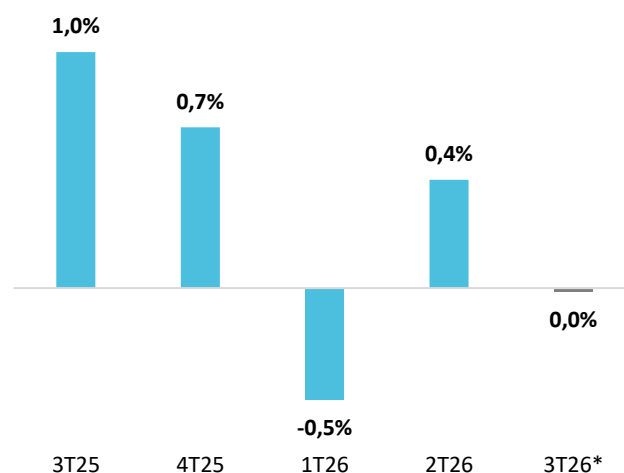
Apesar dos contínuos sinais de moderação da atividade, o setor automotivo manteve certo dinamismo em agosto. A produção de veículos atingiu 271,2 mil unidades no mês, segundo a Anfavea. Na série com ajuste sazonal, o resultado corresponde a uma alta de 2,9% ante julho, recuperando parcialmente a queda de 4,1% registrada no mês anterior. Em uma perspectiva mais longa, a produção acumula crescimento de 5,0% em 12 meses.

O desempenho, contudo, permaneceu heterogêneo entre os segmentos. A produção de automóveis e comerciais leves avançou 3,1% no mês e acumula alta de 6,4% em 12 meses. Em sentido oposto, a produção de ônibus recuou 2,9% na margem e acumula queda de 10,4% em 12 meses, enquanto a produção de caminhões recuou 1,7% no mês e 17,3% em 12 meses.

A produção doméstica segue sustentada principalmente pelo mercado interno, enquanto as exportações enfrentam ambiente menos favorável, diante da redução da demanda argentina e do aumento da concorrência com veículos chineses. No mês, as exportações recuaram 9,8% e acumulam queda de 18,0% em 12 meses. Esse cenário tem limitado um desempenho melhor da produção nacional.

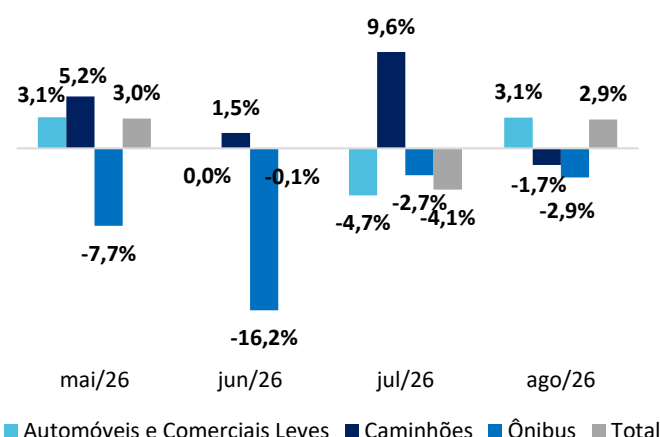
No mercado interno, os emplacamentos seguem apresentando crescimento relevante, embora com participação crescente dos veículos importados. No acumulado até agosto, foram registrados 1,97 milhão de emplacamentos, alta de 18,5% ante o mesmo período de 2025. O avanço permaneceu concentrado em automóveis e comerciais leves, cujos emplacamentos cresceram 19,7% na mesma base de comparação. O descompasso entre o crescimento das vendas e o da produção doméstica indica que parte da demanda tem sido atendida por veículos importados, que representaram 19,7% dos licenciamentos nos últimos 12 meses (ante patamar próximo a 10% entre 2020 e 2021).

Quadro 6: Setor de Serviços
Var.% Trimestral e Carry over para o 3T26



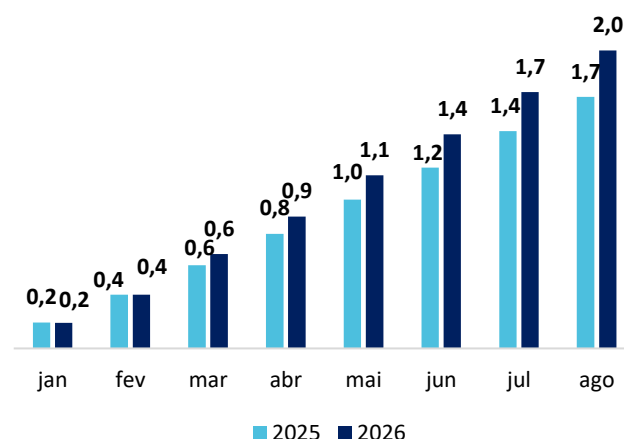
Fonte: IBGE. *Carry over

Quadro 7: Produção de Veículos
Var. (%) mensal dessazonalizada



Fonte: Anfavea e Febraban

Quadro 8: Licenciamento de Veículos
Acumulado no Ano (em milhões) – 2025 vs 2026

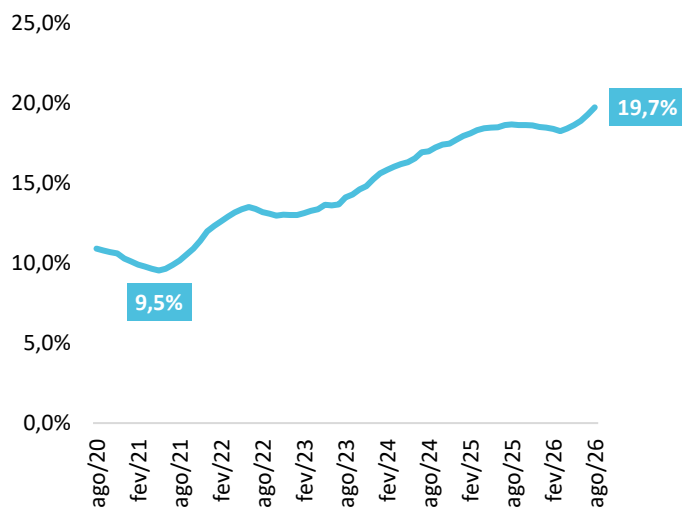


Fonte: Fenabrave

O desempenho do mercado automotivo tem sido favorecido pelo crescimento da renda das famílias em um contexto de desemprego baixo, elevada demanda por veículos elétricos/híbridos e pelas medidas direcionadas ao setor. Entre elas, destacam-se a redução do IPI para determinados veículos e os programas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas agrícolas e veículos por motoristas de aplicativo e taxistas. Nesse último caso, contudo, os efeitos sobre o setor ainda não estão claros.

Para os próximos meses, a desaceleração da atividade econômica e o elevado comprometimento da renda das famílias podem contribuir para alguma moderação das vendas. Ainda assim, os resultados acumulados, por ora, reforçam a perspectiva de crescimento do setor em 2026, embora com diferenças relevantes entre os segmentos de leves e pesados, além do crescente peso dos importados.

Quadro 9: Licenciamento Total de Veículos* - Participação dos Veículos Importados



Fonte: Fenabreve. *Leves e pesados

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Inflação e alta do petróleo ampliam apostas em elevação dos *Fed Funds* nos EUA

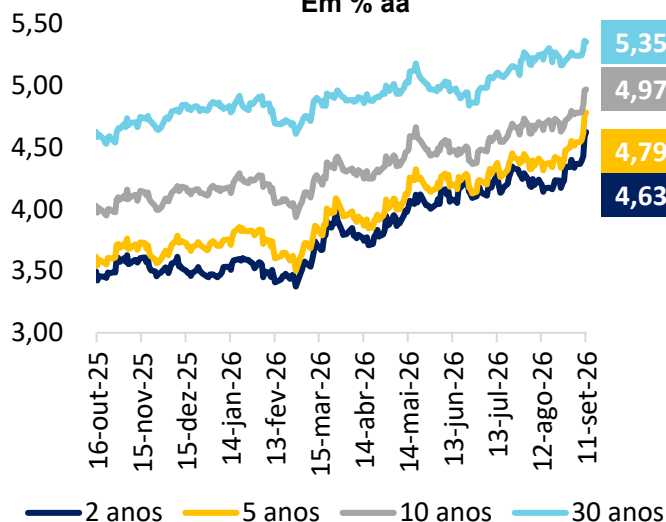
A escalada das tensões no Oriente Médio e a perspectiva de uma política monetária mais restritiva nos EUA pressionaram os mercados internacionais na última semana. Na região, as ofensivas contra instalações e embarcações e a abertura de um novo foco de conflito, agora no Mar Vermelho, outra importante rota de escoamento do petróleo, levaram a um aumento expressivo do preço do barril, que se aproximou de US\$ 105 (Brent), diante dos receios com a escassez do produto. Nos EUA, os dados mostraram que a inflação segue elevada, sem sinais evidentes de acomodação em direção à meta de 2%, ampliando as apostas em um aumento dos *Fed Funds* na reunião desta semana. Esse cenário, somado à expansão fiscal e à decepção com as políticas pouco ortodoxas (recompra de títulos de longo prazo) adotadas pelo Tesouro norte-americano, impulsionaram os rendimentos das *Treasuries*, com o papel de 30 anos ultrapassando a barreira de 5,3% a.a., maior nível desde jun/07.

Quanto aos dados, a inflação ao consumidor (CPI) subiu 0,4% em agosto nos EUA, em linha com o esperado pelo mercado. A alta foi impulsionada principalmente pelos preços de energia (+2,1%), em meio aos efeitos do conflito no Oriente Médio. No acumulado em 12 meses, o CPI permaneceu estável em 3,4%, enquanto o núcleo do indicador desacelerou de 2,5% para 2,4%. Os preços ao produtor (PPI) também avançaram 0,4% em agosto. Em 12 meses, o indicador acelerou de 4,8% para 5,4%.

Na Zona do Euro, o BCE elevou novamente as taxas de juros em 0,25 p.p., para 2,5% a.a. (taxa de depósitos), em meio à intensificação das pressões inflacionárias no continente, sobretudo nos preços de energia. A decisão era amplamente esperada, mas a comunicação da autoridade monetária veio mais dura (*“hawkish”*) que o esperado, especialmente em função da revisão para cima nas projeções de inflação para 2027 e 2028. Com isso, o mercado passou a precificar uma nova alta dos juros na reunião de dezembro.

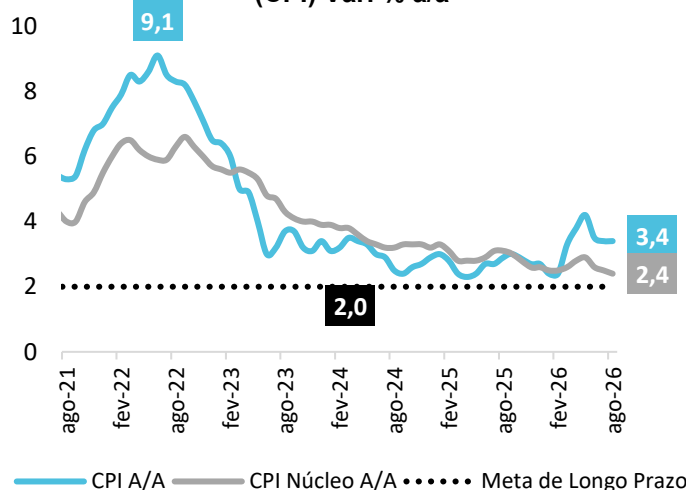
Na China, os dados de comércio exterior de agosto mostraram forte expansão, beneficiados pelo avanço dos investimentos em infraestrutura de inteligência artificial na Ásia. As exportações cresceram 25,0% ante ago/25, enquanto as importações avançaram 28,2% na mesma base de comparação, impulsionadas pela demanda por *commodities*, especialmente petróleo. Já o CPI de agosto acumulou alta de 0,8% (ante 0,5%) em 12 meses, seguindo em patamar baixo, em função do baixo dinamismo do consumo interno.

Quadro 10: Rendimento das *Treasuries*
Em % aa



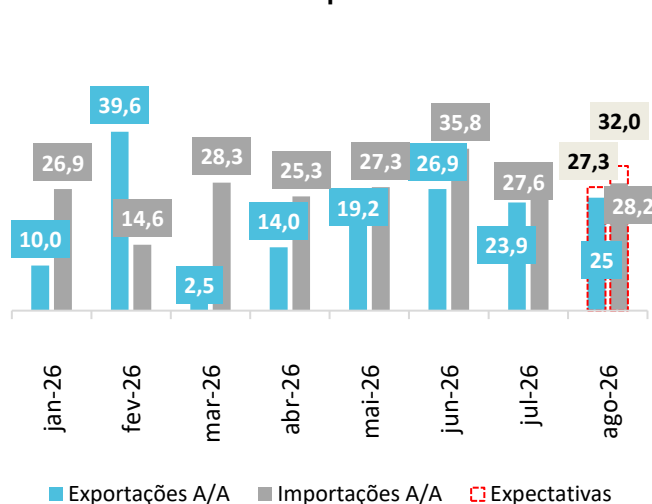
Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI) Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: China – Exportações e Importações
Var. % ante o mesmo período do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Ago/26

A caderneta de poupança registrou captação líquida negativa de R\$ 10,6 bilhões em agosto, segundo o Banco Central do Brasil (BCB). O resultado representa saques superiores aos de ago/25, quando ficaram em R\$ 7,9 bi, em valores ajustados pela inflação (IPCA).

Trata-se do sétimo mês de saques líquidos em oito no ano. A única exceção foi maio, beneficiado pelo pagamento de parcela relevante do 13º salário aos pensionistas do INSS. No acumulado de 12 meses, os saques superam os depósitos em R\$ 79,2 bi (ou 0,6% do PIB), reforçando a tendência de perda de relevância estrutural do produto.

O saldo da caderneta de poupança atingiu R\$ 1,016 trilhão em agosto, mantendo-se relativamente estável, em termos nominais, na faixa de R\$ 1 trilhão desde jun/24. Contudo, em termos reais, o saldo está quase 30% abaixo do pico de dez/20 (R\$ 1,422 trilhão). Em relação ao PIB, encontra-se no menor nível em quase duas décadas (desde nov/06), em 7,6%.

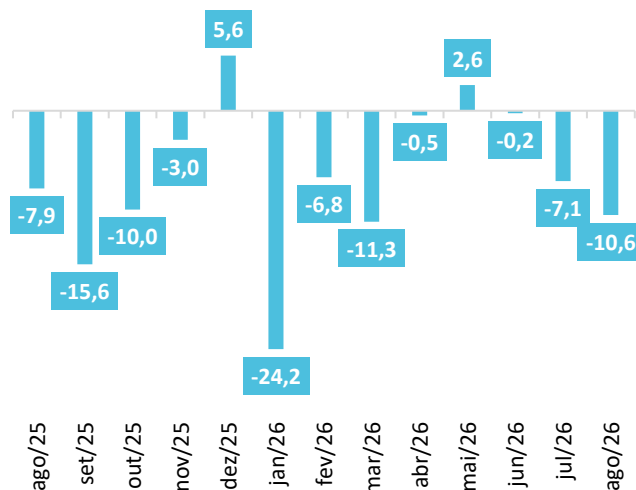
A queda segue em maior intensidade na poupança do segmento SBPE (fonte de *funding* para o financiamento imobiliário), que já recuou 4,9 p.p. desde seu pico em dez/20 (10,5% do PIB), para 5,7% do PIB. Enquanto isso, a poupança rural representa 1,9% do PIB, também caindo após seu pico (3,1% do PIB em dez/20), mas de forma menos acentuada.

Por outro lado, o saldo das Letras de Crédito Agrícola e Imobiliária (LCIs e LCAs) mostrou avanço significativo nos últimos anos e já representam 8,6% do PIB (ante 3,2% do PIB em jul/21), embora com sinais de alguma moderação nessa métrica nos últimos meses.

Portanto, a caderneta de poupança seguiu registrando captações líquidas negativas, perdendo importância frente a outras formas de investimento, especialmente os títulos de renda fixa. Nesse contexto, o financiamento imobiliário torna-se cada vez mais dependente de fontes de *funding* (LCI e LIG) com custo atrelado à taxa Selic. Assim, um eventual fim da isenção da LCI, em um período de custo de captação elevado, tende a pressionar o *funding* do setor. Some-se a isso o teto de 12% a.a. para a remuneração do crédito habitacional, previsto a partir de 2027. Em conjunto, esses fatores podem comprometer a oferta de crédito imobiliário, segmento que vem apresentando forte desempenho neste ano.

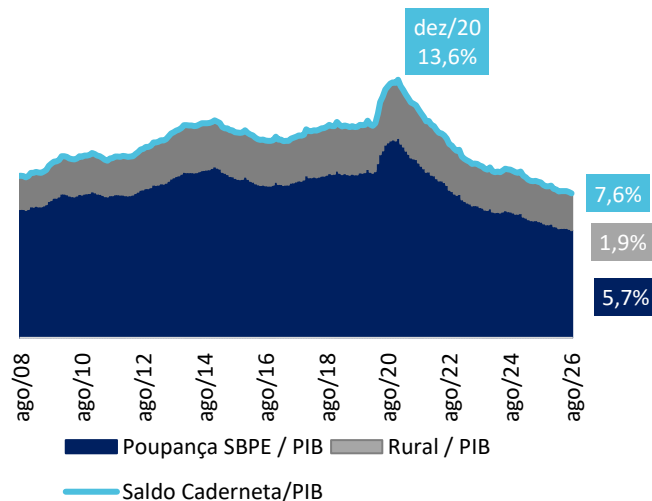
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 13: Captação Mensal Líquida da Caderneta de Poupança - Em R\$ bi (IPCA de ago/26)



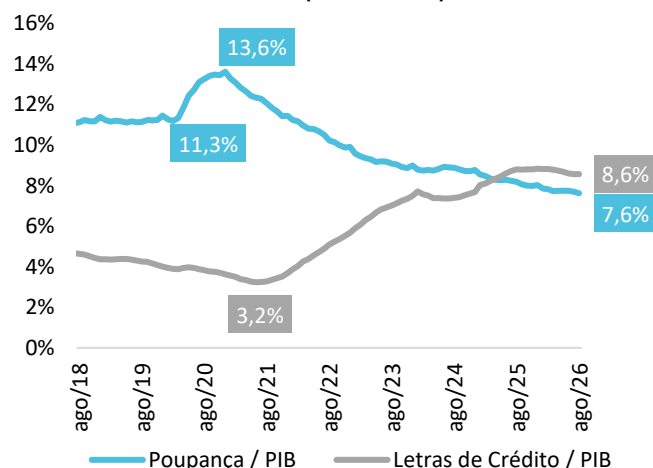
Fonte: Bacen

Quadro 14: Saldo de Poupança SBPE, Rural e Total Em % do PIB



Fonte: Bacen

Quadro 15: Saldo da Caderneta de Poupança e das Letras de Crédito (LCA e LCI) – Em % do PIB



Fonte: Bacen



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	11/09/2026	04/09/2026	14/08/2026	Viés	11/09/2026	04/09/2026	14/08/2026	Viés
IPCA (%)	4,90	5,00	5,02	▼	4,30	4,29	4,24	▲
PIB (% de crescimento)	1,89	1,93	1,98	▼	1,45	1,50	1,50	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,75	13,75	13,75	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,30	5,29	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	11/09/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,12	-0,16%	-1,24%	-6,47%	-4,98%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	110,91	-7,13%	-9,29%	-19,92%	-15,54%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,71	-0,31%	-0,61%	-7,98%	-8,01%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,60	0,39%	-0,92%	-1,52%	-5,37%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,10	-0,35%	-3,05%	4,59%	5,40%
Índice Ibovespa (em pontos)	187.206,89	1,11%	5,52%	16,19%	30,78%
IFNC (setor financeiro)	19.658,84	1,02%	7,48%	13,66%	24,85%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,63	5,94%	6,54%	34,13%	30,61%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,97	3,86%	4,57%	20,50%	23,54%
Dollar Index	99,12	-0,05%	-0,31%	0,90%	1,63%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.656,98	-0,80%	-0,38%	11,03%	16,24%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	188,06	-0,80%	1,42%	13,60%	24,21%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	142,19	-1,86%	0,07%	13,52%	13,73%
Índice Euro Stoxx 50	6.325,13	-1,06%	-1,48%	9,13%	17,42%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	322,09	0,28%	1,91%	22,10%	38,52%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	104,61	8,65%	15,60%	68,94%	57,62%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins